



## Rede Socioambiental de Monitoramento Independente e Participativo de Hidrelétricas na Amazônia no contexto das Mudanças Climáticas



Eliete Juruna, do rio Xingu, e Cândido Munduruku, do rio Teles Pires (Bacia Hidrográfica do Tapajós) participaram de evento nos EUA

Crédito das fotos: Divulgação

### Organizações da sociedade civil abrem espaço de diálogo com a EPE

O Grupo de Trabalho de Infraestrutura (GT Infra), que reúne mais de 30 organizações e movimentos da sociedade civil, entre os quais, o Instituto Centro de Vida (ICV), a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e a RBA, entorno de propostas para a promoção de uma matriz energética/elétrica mais sustentável no Brasil, se reuniu com a equipe técnica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no dia 17/07 (Veja [Qual o valor dos povos indígenas no planejamento energético brasileiro?](#)).

Este foi o segundo momento estabelecido, desde maio, com intuito de promover uma agenda de conhecimento sobre como ocorre o processo interno da formulação da base técnica de escolhas da política energética nacional e, ao mesmo tempo, possibilitar contribuições da sociedade civil, em especial, para o componente socioambiental da versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, encaminhado em agosto deste ano. Confira neste [link](#).

### Oficina no rio Colorado, EUA, tem participação de indígenas brasileiros

A [Rede Barragens Amazônicas/Amazon Dams Network \(RBA/ADN\)](#), com apoio da Fundação Nacional para a Ciência dos Estados Unidos (*National Science Foundation*) e do Instituto Clima e Sociedade (ICS), promoveu, entre os dias 15 e 18/05, na cidade de Flagstaff, no estado do Colorado, EUA, a oficina sobre hidrelétricas “Avançando na Pesquisa Integrativa e Gestão Adaptativa de Sistemas Socioculturais Transformados por Barragens Hidrelétricas – Explorando o Programa de Gestão Adaptativa da Barragem do Glen Canyon, no Rio Colorado”.

O evento, organizado em parceria com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (*U.S. Geological Survey*), contou com a participação dos indígenas Eliete Juruna, do rio Xingu, e de Cândido Waro Munduruku, do rio Teles Pires, além de pesquisadores, que também fizeram uma visita ao local da instalação do empreendimento.

Um aspecto importante identificado pelos participantes é que os povos indígenas e seus sistemas de conhecimento e de valores têm sido historicamente negligenciados em programas de planejamento e gestão de bacias hidrográficas, resultando, muitas vezes, em violação de direitos.

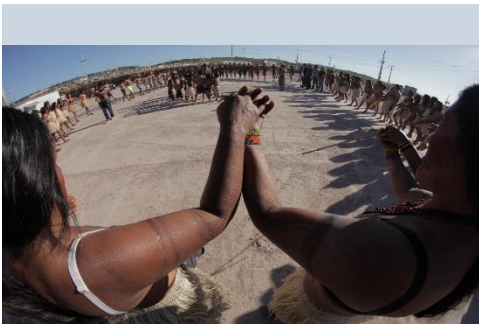
Nos EUA, com a adoção da gestão adaptativa, um dos pontos avaliados como uma experiência positiva foi a garantia de um assento à mesa para os povos indígenas da Bacia do Colorado, pós implementação de barragem. É um espaço no qual podem discutir ações de manejo e gestão para a área de influência da barragem, onde se encontram sítios arqueológicos de grande importância para os povos Zuni, Navajo e Hopi, principalmente.

Veja a íntegra dos depoimentos de [Eliete Juruna](#) e [Cândido Munduruku](#) sobre os aprendizados que obtiveram neste intercâmbio internacional.



Local sagrado na beira do rio Colorado, com hieróglifo da nação Zuni





**Povo Munduruku se mobiliza em julho, em defesa de seus direitos, no processo de implementação de hidrelétricas, na sub-bacia do Teles Pires, na Bacia do Tapajós.**

Crédito da foto: Caio Mota/FTP

## Fórum Teles Pires apoia reivindicações indígenas

Mais de 130 integrantes do povo Munduruku se mobilizaram, no mês de julho, em ocupação pacífica no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, no rio Teles Pires, entre o Pará e Mato Grosso, para reivindicar seus direitos com relação ao processo de licenciamento ambiental e impactos provocados pelo empreendimento ([veja Dossiê Teles Pires](#)), que está em fase final de construção, como também à UHE Teles Pires, já em funcionamento.

Aldeias da etnia, e também das do povo Kayabi e Apiaká, estão sendo afetadas pelas construções.

As negociações foram mediadas pelo Ministério Público Federal/Procuradoria da República, em Sinop, e também teve a participação de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Os indígenas produziram documentos com suas principais reivindicações, que foram protocolados pelos demais integrantes da reunião, que firmaram compromisso de atender à maioria dos pedidos. Saiba mais na matéria "[Somos feitos do sagrado!](#)".

Entre os principais, está a devolução de 12 urnas funerárias retiradas, sem consulta aos indígenas, pela UHE Teles Pires, da região das corredeiras de Sete Quedas (local sagrado Munduruku que foi destruído), em área próxima [a ser definida pelos pajés](#). A iniciativa diz respeito à proteção do patrimônio espiritual, que é um componente importante à etnia.

A cobertura do processo foi realizada por comunicadores do Fórum Teles Pires (FTP).

### Povos indígenas produzem carta-manifesto

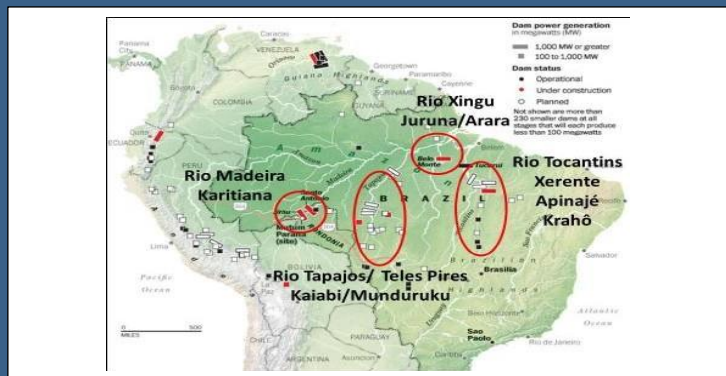
Integrantes dos povos Juruna, Kayabi, Apinajé e Xerente participaram da Oficina "Barragens Hidrelétricas e Povos indígenas: construindo diálogos, trocando experiências", na Aldeia Paquicamba, Terra Indígena Paquicamba, Volta Grande do Xingu, PA, entre 27 e 29/06. O encontro, realizado pela RBA, reuniu também cerca de 40 pessoas e contou com a participação de professores, pesquisadores e de estudantes da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Universidade da Flórida (UF) e do Instituto Federal de Tocantins (IFTO).

A pauta tratou de diferentes temas, como o estudo dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca das comunidades Juruna, a gestão de recursos financeiros de compensação, de Programas do Plano Básico Ambiental (PBA) e a análise do processo de consulta indígena para a construção das UHEs Teles Pires e São Manoel entre os povos Kayabi e Munduruku. Houve um momento de integração, no qual discutiram o que consideram forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Um dos resultados da oficina foi a elaboração de [uma carta](#) pelos representantes dos quatro povos, que destaca a violação dos direitos indígenas e humanos, na construção de hidrelétricas na Amazônia, nas três bacias hidrográficas: Tocantins-Araguaia, Xingu e Tapajós. O projeto é apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Programa Ciência Sem Fronteira e tem contado com o Fundo CASA para os intercâmbios de experiências.



Representantes dos quatro povos se uniram para dialogar sobre as experiências amazônicas. Entre os consensos obtidos, está o de defender o respeito à consulta prévia, livre e informada, constante na Convenção OIT 169. Foto: RBA



## FIQUE POR DENTRO

### Caminhos alternativos para uma política energética sustentável

Estabelecer um papel mais atuante da sociedade civil nos rumos da política energética, que envolve a escolha sustentável das matrizes elétricas brasileiras, é hoje um dos objetivos centrais do Grupo de Trabalho de Infraestrutura (GT Infra), que tem como um dos principais focos, a Bacia Hidrográfica do Tapajós, na Amazônia, situada nos estados do AM, PA, RO e MT.

Ao mesmo tempo, o GT Infra coloca em debate a discussão sobre a necessidade de mais estudos quanto à viabilidade dos empreendimentos, no contexto das bacias hidrográficas, quanto aos efeitos relativos à migração

dos peixes, ao desenvolvimento local e traz uma questão ainda pouco debatida, quanto ao modelo de negócio das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e seus efeitos cumulativos socioambientais.

#### Fontes energéticas mais limpas

Em outra frente, o GT Infra apoia a [Campanha Energia para a Vida](#), que tem como um dos objetivos conscientizar e mobilizar os brasileiros para oportunidades em áreas como a geração de descentralizada de energia solar e eólica e eficiência energética, visando menos impactos socioambientais e emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs).

## Webinário com o MPF

Com o tema "Direitos dos Povos Indígenas e Grandes Projetos de Infraestrutura na Amazônia: um diálogo com o MPF", os procuradores da República Felício Pontes e Ubiratan Cazetta expuseram os desafios do modelo predatório versus o socioambiental principalmente ao sul do Pará, e a relevância de se difundir pesquisas e o incentivo à implementação da [Convenção da Organização Internacional do Trabalho \(OIT\) 169](#), no Brasil, que determina a consulta livre, prévia e informada a povos tradicionais e indígenas, em webinário realizado no dia 12/07.

O exemplo da criação do [Protocolo de Consulta Mundurucu](#), em que a etnia define os critérios de consulta, é um significativo avanço, na avaliação dos procuradores. Segundo eles, a academia deve avançar nesta agenda, dando cada vez mais valor à voz dos atores que são estudados.

A iniciativa desta palestra ao vivo foi da RBA, com apoio do Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical/Tropical Conservation and Development Program (TCD/UF), e do Instituto de Biodiversidade da Flórida (UFBI). O tema continuará a ser desenvolvido pela RBA por meio de outras ações, neste ano e em 2018.

Confira o conteúdo neste [link](#).

### EXPEDIENTE:

**Boletim Abril - Agosto 2017**

**Projeto:** Rede Socioambiental de Monitoramento Independente e Participativo de Hidrelétricas na Amazônia no contexto das Mudanças Climáticas

**Coordenadores:** João Andrade (ICV); Paula F. Moreira (RBA) e Andreia Fanzeres (OPAN)

**Redação e edição:** jornalista Sucena Shkrada Resk/ICV

Apoio

Organizações e redes parceiras:



Instituto  
Centro  
de Vida

